



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI Nº 09/2005 ¹

Aprova a criação do Regimento Interno do Conselho Diretor do *Campus* de Tocantinópolis.

O Egrégio Conselho Universitário-CONSUNI, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 20 de abril de 2005, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, observando o disposto no inciso V, do Art. 4º do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a criação do Regimento Interno do Conselho Diretor do *Campus* de Tocantinópolis.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 20 de abril de 2005

Prof. Alan Barbiero
Presidente

1 – Alterada conforme Resolução do Consuni N.º 13/2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DIRETOR DO *CAMPUS* DE
TOCANTINÓPOLIS**

TÍTULO I
Das Funções

Art. 1º – O presente Regimento disciplina os aspectos de organização e funcionamento do Conselho do *Campus* Universitário de Tocantinópolis – UFT.

Art. 2º – O Conselho Diretor é o órgão máximo do *Campus* Universitário de Tocantinópolis para traçar a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração geral, funcionando como instância de recurso.

CAPÍTULO I
Da Composição

Art. 3º – O Conselho Diretor compõe-se:

- I – do Diretor de *Campus*, como seu Presidente;
- II – dos Coordenadores de Curso;
- III – de um representante da Categoria Docente, eleito por seus pares;
- IV – de um representante da Categoria dos Servidores Técnico-Administrativos, eleito por seus pares;
- V – de um representante de cada Curso, da Categoria Discente, eleito por seus pares em consonância com o Estatuto interno do centro Acadêmico.

Parágrafo único – Os mandamentos previstos nos incisos III, IV e V terão a duração de 2 (dois) anos, na forma do Parágrafo 2º do Art. 12 do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Art. 4º – Compete ao Conselho Diretor:

- I – coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e à eficiência do ensino, da pesquisa, da extensão e dos assuntos comunitários;
- II – encaminhar à Diretoria de Planejamento e orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III – tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Diretor do *Campus* sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV – encaminhar o nome do Diretor de *Campus* eleito mais votado para nomeação do Reitor;

V – solicitar, fundamentadamente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Diretor do *Campus*, antes de findo seu mandato.

VI – elaborar e modificar o Regimento do *Campus* para aprovação final pelo Conselho Universitário;

VII – zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;

VIII – propor admissão de novos docentes, concessão de licença e rescisão de contratos;

IX – adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;

X – implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;

XI – organizar comissões julgadoras de concurso para provimento de cargos de professores;

XII – propor a atribuição do título de “Professor Emérito”;

XIII – atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;

XIV – adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa, julgadas aconselháveis para o bom andamento dos seus trabalhos;

XV – elaborar a lista de oferta de disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das coordenações de curso;

XVI – sugerir os programas das disciplinas às coordenações de cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);

XVII – fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);

XVIII – propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIX – endossar projetos de pesquisa e os planos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;

XX – emitir parecer em assunto de sua competência;

XXI – exercer todas as atribuições que lhes sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo único – Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, aos órgãos superiores.

Art. 5º – O Plenário é a reunião dos conselheiros na forma prescrita por este Regimento, investido dos poderes e atribuições conferidos pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, pela Legislação do Ensino Superior e pela Constituição Federal.

Art. 6º – O (a) Secretário (a) do Conselho Diretor será o (a) Secretário (a) da Direção do *Campus* Universitário de Tocantinópolis, encarregado do seu expediente, material e trabalhos administrativos.

Art. 7º – O Conselho Diretor poderá criar comissões especiais sempre que o exigir a investigação ou solução de fato ou assunto determinado.

Parágrafo único – Os membros das comissões especiais serão escolhidos, paritariamente, nas categorias que compõem a comunidade universitária.

CAPÍTULO II

Da Tramitação dos Processos

Art. 8º – Os pedidos, pretensões ou requerimentos endereçados ao Conselho Diretor, ou que abranjam matéria da sua competência, deverão receber a forma de processo.

§ 1º – O despacho inicial será do Diretor, que instruirá o Conselho, uma vez verificada a atenção do mesmo, com as matérias de sua alçada.

§ 2º – O Diretor, após seu parecer, incluirá o processo na ordem do dia da primeira sessão seguinte, com as demais matérias a serem submetidas ao Conselho Diretor.

Art. 9º – Os despachos do Conselho Diretor, sempre que possível, terão redação livre, sendo, porém, objetivos e conclusivos.

Art. 10 – A autuação, certidões, minutas e atas de procedimentos ficarão a cargo do (a) Secretário (a) do Conselho Diretor.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento do Conselho

SEÇÃO I

Da Convocação e Instalação da Sessão

Art. 11 – O Conselho Diretor será convocado e presidido pelo Diretor de *Campus*.

§ 1º – Nas faltas e impedimentos do Diretor do *Campus*, o Colegiado será convocado e presidido pelo substituto do Diretor, eleito pelo Conselho Diretor do *Campus*. O Conselho define como substituto o servidor concursado (docente ou técnico-administrativo), preferencialmente membro do Conselho Diretor, no impedimento deste, servidor concursado do *Campus*.

§ 2º – Para a abertura da sessão, haverá necessidade da presença da maioria simples dos membros do Conselho Diretor.

§ 3º – As deliberações do Conselho Diretor serão por maioria simples de votos, excetuando-se a hipótese prevista no Artigo 28, alínea “a” e o Artigo 33.

§ 4º – O Conselho Diretor deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Diretor do *Campus* ou por requerimento de dois terços dos seus membros.

§ 5º – Os pontos de pauta das reuniões do Conselho Diretor deverão ser encaminhados ao (a) Secretário (a) do Conselho com a antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

§ 6º – As sessões serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo urgência, através de notificação escrita ou email, da qual constará a pauta da sessão.

Art. 12 – Será obrigatório, preferindo-se a qualquer outra atividade universitária do *Campus*, o comparecimento às reuniões do Conselho Diretor.

Parágrafo único – A ausência a três reuniões consecutivas ou a quatro alternadas, sem justificativa, implicará a perda do mandato, sendo solicitada à respectiva categoria a indicação do novo nome.

SEÇÃO II

Da Sessão do Conselho Diretor

Art. 13 – Na hora regimental, verificada a presença dos conselheiros em número legal (maioria simples), o Diretor declarará abertos os trabalhos da sessão.

Art. 14 – A seguir, determinará aos (à) Secretário (a) da sessão a leitura da pauta.

Art. 15 – A sequência dos trabalhos será a seguinte:

- I – comunicação e apreciação da pauta;
- II – apreciação e aprovação da ata da sessão anterior;
- III – discussão e votação da matéria constante da pauta;
- IV – apreciação de moções, propostas ou requerimentos supervenientes;
- V – explicações pessoais.

Art. 16 – A ata ou minuta da sessão será elaborada pelo (a) Secretário (a) da Direção, que assinará em conjunto com o Diretor do *Campus*, com o Presidente do Conselho Diretor e conselheiros presentes à sessão que a aprovar, inclusive no caso de falta de quórum dela constando os nomes dos membros que compareceram.

Art. 17 – Qualquer manifestação despertada pelo desconhecimento do expediente deverá assumir a forma de proposta, moção ou requerimento escrito, os quais serão apreciados depois de esgotada a pauta e, no caso de exigüidade de tempo, integrarão a pauta da reunião seguinte.

Art. 18 – A pauta será discutida e votada item por item, sucessivamente.

Art. 19 – O Conselho Diretor poderá decidir a inversão da pauta ou a alteração da escala dos seus itens, conforme as necessidades de momento.

Art. 20 – As moções, propostas e requerimentos, a fim de melhorar o rendimento da sessão, adotarão estilo preciso e conciso.

Art. 21 – Nas explicações pessoais, o Conselheiro poderá manifestar-se sobre qualquer tema de seu interesse individual por no máximo 10 (dez) minutos, improrrogáveis, guardados o decoro e as normas da convivência cordial.

Art. 22 – O período de duração da sessão será de no máximo 4 (quatro) horas, admitindo-se sua prorrogação, em caráter excepcional, a critério dos conselheiros, por tempo não excedente a 30 (trinta) minutos.

Parágrafo único – Quando não esgotados os assuntos em pauta, a sessão prosseguirá em data e horário definidos pelos conselheiros presentes, independentemente de nova convocação.

Art. 23 – Os processos submetidos ao Conselho Diretor serão colocados em julgamento.

Parágrafo único - Cada conselheiro poderá intervir na discussão durante 10 (dez) minutos improrrogáveis.

Art. 24 – O Presidente da sessão, após declarada encerrada a discussão, tomará os votos dos conselheiros, que serão anotados pelo (a) Secretário (a).

§ 1º – Ao votar, o Conselheiro limitar-se-á a emitir sua declaração conclusiva sobre o ponto em votação, sendo dispensadas as exposições de motivos.

§ 2º – Assegura-se ao Conselheiro votante o direito de efetuar declaração de voto por escrito, a qual será apresentada durante o transcurso da própria sessão.

§ 3º – Ao final, o Presidente da sessão proclamará o resultado e ditará a ementa da decisão ao (a) secretário (a).

§ 4º – O Presidente da sessão terá direito de voto, inclusive de qualidade.

Art. 25 – Qualquer Conselheiro poderá, a qualquer momento, solicitar a palavra (“questão de ordem”), a fim de obter esclarecimentos sobre o assunto em análise.

Art. 26 – Nenhum membro participante da sessão poderá intervir, provocando discussões paralelas.

§ 1º – O Conselho poderá decidir pelo julgamento de processo em regime de urgência hipótese em que só poderá ser concedida vista na própria sessão.

§ 2º – Esgotado o prazo determinado pelo Conselho para a concessão de vista, prosseguirão, normalmente, os trabalhos da reunião.

Art. 27 – Todo Conselheiro goza do direito de requerer vista do processo, caso não se julgue habilitado a proferir o seu voto.

Parágrafo único – A concessão de vistas dos autos será apreciada e julgada pelos Conselheiros presentes na sessão. Caso seja concedida vistas, os autos deverão ir a julgamento, na sessão seguinte, impreterivelmente, exceto nos casos de urgência.

Art. 28 – A votação será simbólica ou nominal, pública ou secreta, na forma deste Regimento.

§ 1º – A votação simbólica será regra geral.

§ 2º – A votação nominal será tomada em caso de dúvidas ou mediante requerimento de algum Conselheiro, se aprovado pelo Conselho.

§ 3º – A votação será secreta nos seguintes casos:

- a) decisão sobre a destituição do Diretor do *Campus*;
- b) quando o Conselho julgar necessário.

Art. 29 – Os recursos serão interpostos para o Conselho Diretor quando as decisões dos Colegiados de Curso não contemplarem as partes interessadas, considerando apenas a questão de mérito.

Art. 30 – Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou ao Conselho Universitário.

Art. 31 – Quando secreta a votação, o presidente da sessão providenciará o fornecimento de cédulas, organizará a recepção dos votos e presidirá a apuração.

Art. 32 – Os apartes dependerão do consentimento do orador.

Art. 33 – Exclusivamente pelos votos de 2/3 (dois terços) do Conselho Diretor, poderá ser revisto, total ou parcialmente, o presente Regimento.

Art. 34 – O presente Regimento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Universitário.

Palmas, 20 de abril de 2005.

Prof. Alan Barbiero
Presidente